

Decisão atropela o plano oposicionista

Andrei Meireles

O Governo, ao adiar para a próxima segunda-feira sua resposta sobre a proposta feita por representantes de empresários e trabalhadores, atropelou a estratégia das oposições de votar, amanhã, a política salarial. O prazo definido na reunião do entendimento nacional dividiu as oposições, que receiam não mobilizar na próxima e última semana do esforço concentrado, o mesmo número de parlamentares que veio a Brasília para votar, agora, as propostas polêmicas em tramitação no Congresso Nacional. Hoje, as lideranças partidárias voltam a se reunir para tentar um acordo quanto a data da votação.

Os líderes dos partidos governistas, após encontro no Palácio do Planalto com o presidente Fernando Collor, retornaram ao Congresso com a proposta de adiar a votação para a próxima semana. As oposições não concordaram. O deputado Miro Teixeira, representante do PDT nas negociações em torno da política salarial, foi taxativo: "Não vamos correr o risco de chegar ao recesso sem uma definição sobre os salários. O Congresso Nacional não pode ficar a reboque do Governo". O deputado Tidei de Lima, relator da legislação salarial, reforçou: "O governo não quer, mas vamos votar nesta quinta-feira (amanhã)".

Reação

No final da tarde, quando dirigentes empresariais e sindicalistas — a CUT não compareceu — chegaram ao Congresso e comunicaram

o prazo acertado com o Governo, alguns líderes de esquerda reagiram, manifestando o receio de que o Parlamento entre em recesso sem uma decisão. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, citando alguns sindicalistas conhecidos e os empresários Mário Amato e Paulo Francini, afirmou com veemência: "Fixamos um prazo, mas somos pessoas sérias e não podemos ficar sob a suspeição do Congresso Nacional. Jamais nos prestariam a um trabalho destes", refutando as alusões de que os parceiros do pacto social estariam fazendo o jogo do Governo de adiar uma decisão, inabilitizando a deliberação do Congresso Nacional. Paulo Francini, em nome dos empresários, endossou, em seguida, a defesa feita por Medeiros.

Na tumultuada reunião no gabinete da liderança do PMDB na Câmara, o líder Ibsen Pinheiro assegurou que seu partido não aceita nem recesso e nem arrocho salarial. O vice-presidente da Central Geral dos Trabalhadores, Albenzo Dias, ligado ao sindicalista Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, criticou o entendimento nacional e pediu ao Congresso para votar já, a política salarial. Irritado, Medeiros retrucou: "Registro a posição do MR-8". Antes que as divergências sindicais tomassem conta da reunião, Ibsen solicitou a retirada da sala de empresários e trabalhadores e adiou uma definição das lideranças para hoje de manhã.